



ROTA BIOCEÂNICA E LEGITIMAÇÃO DEMOCRÁTICA: PARÂMETROS CONSTITUCIONAIS E CONTROLE JUDICIAL PELO STF

Autor(res)

Marcos Paulo Andrade Bianchini
Leandro Felipe Gonzaga Silveira

Categoria do Trabalho

Trabalho Acadêmico

Instituição

ANHANGUERA- UNIDADE DE ANTÔNIO CARLOS

Introdução

A Rota Bioceânica é um corredor rodoviário de aproximadamente 2.400 km que interligará Brasil, Paraguai, Argentina e Chile aos portos do Pacífico. A proposta visa integrar a América do Sul e impulsionar a competitividade regional por meio da redução de custos logísticos. Entretanto, o histórico de grandes obras no Brasil evidencia conflitos entre crescimento econômico e salvaguardas constitucionais, como a proteção ambiental e a participação democrática. A Constituição Federal de 1988 e normativas como a Lei 9.985/2000 impõem requisitos de deliberação pública e licenciamento ambiental robusto. Nesse contexto, este estudo investiga se o desenho institucional da Rota atende aos parâmetros constitucionais brasileiros, considerando também o papel do Supremo Tribunal Federal no controle das eventuais violações.

Objetivo

Avaliar se a estrutura institucional da Rota Bioceânica cumpre os parâmetros constitucionais brasileiros de legitimidade democrática, notadamente em relação à participação social e à tutela ambiental, bem como examinar o papel do Supremo Tribunal Federal na fiscalização preventiva de possíveis violações constitucionais.

Material e Métodos

Adota-se uma metodologia teórico-documental com análise de casos análogos previamente julgados pelo Supremo Tribunal Federal. Além disso, realiza-se estudo de caso comparado de outras obras de infraestrutura com impactos semelhantes (Belo Monte, Ferrogrão, Fundo Clima). Foram analisados documentos oficiais, decretos, legislações, decisões judiciais e relatórios técnicos disponíveis em bases públicas e acadêmicas. O estudo também incorpora abordagem normativa e teórica sobre legitimidade democrática e participação social, com base na doutrina constitucional e ambiental contemporânea.

Resultados e Discussão

O levantamento normativo evidencia que o arcabouço jurídico da Rota Bioceânica está formalmente alinhado à legislação ambiental e de participação vigente. No entanto, a análise crítica aponta para déficits na efetividade da participação popular e na divulgação de dados. As audiências públicas, por exemplo, não contemplaram comunidades indígenas e quilombolas impactadas. O STF, ao julgar casos como Belo Monte e Fundo Clima,



reforçou a necessidade de consulta prévia, avaliação de impactos e transparência. Esses precedentes indicam que a Corte pode atuar preventivamente, caso acionada, para garantir o cumprimento dos direitos fundamentais previstos na Constituição.

Propõe-se um modelo de governança multinível com instância deliberativa transnacional, plataformas de dados abertos e cláusulas de financiamento condicionadas a metas socioambientais auditáveis. Além disso, sugere-se o licenciamento contínuo, que possibilita revisões periódicas conforme surgem novos dados.

Conclusão

A análise empreendida confirma a hipótese inicialmente formulada: a legitimidade constitucional da Rota Bioceânica depende da adoção de um modelo de governança multinível que assegure, de forma efetiva, a participação social, um licenciamento ambiental tecnicamente consistente e mecanismos de controle jurisdicional com caráter preventivo. Embora o arcabouço normativo existente se revele formalmente suficiente, sua eficácia está condicionada à implementação de práticas administrativas transparentes.

Referências

- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.
- BRASIL. Lei n. 6.938, de 31 de agosto de 1981.
- BRASIL. Lei n. 13.334, de 13 de setembro de 2016.
- BRASIL. Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000.
- BRASIL. Lei n. 13.303, de 30 de junho de 2016.
- BRASIL. Ministério da Infraestrutura. Estudo de viabilidade do Corredor Bioceânico, 2024.
- BNDES. Corredor Bioceânico Ferroviário: estudo de viabilidade, 2011.
- HABERMAS, Jürgen. Direito e democracia. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003.
- SARLET, Ingo; FENSTERSEIFER, Tiago. Direitos fundamentais e proteção do ambiente. São Paulo: Saraiva, 2020.
- BENJAMIN, Antônio Herman. Direito ambiental brasileiro. Rio de Janeiro: Forense, 2014.
- SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. PET 3388/PA; ADPF 708/DF; ADI 6553/DF; SS 5471/DF.
- CAF. Relatório 2024 – Rotas de Integração. Bogotá: CAF, 2024.
- VIOLA, Eduardo. Governança adaptativa em infraestrutura. Revista Brasileira de Direito Ambiental, 2021.